

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM LINGUAGEM, QUESTÕES: ETNICORRACIAIS E DE GÊNERO**

CAMPO GRANDE, MS

Junho, 2016

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE N° 186, de 3 de agosto de 2016.- Homologado pela Resolução CEPE N° 1.758, de 24 de outubro de 2016. |
|--|

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

A Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Linguagem, Questões: Etnicorraciais e de Gênero (Portaria 003/2016, 20/01/2016, D.O 9.090, 22/01/2016, p. 16), vinculado ao curso de Letras da Unidade de Campo Grande e ao Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEAD), Secretária Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), por meio do Convênio 771/2014, 11/08/2014, D.O. 8.739, 18/08/2014, p. 15, tem como membros os seguintes docentes:

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues – Presidente da Comissão

Prof. Dr. Antônio Carlos Santana de Souza

Prof^a. Dr^a. Ednéia Albino Nunes Cerchiari

Prof^a. Dr^a. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira

Prof^a. M^a. Elisangela Leal da Silva Amaral

Prof. Celso Abrão dos Reis

Prof^a. Esp. Rejane Notarangeli Breda

Profa. Sílvia Soares Cecílio Paixã

SUMÁRIO

1	DO CURSO	04
1.1	Proponente	04
1.2	Instituições Parceiras	04
1.3	Identificação do Curso	04
1.4	Área de Concentração	04
2	CARATERIZAÇÃO DO CURSO	04
2.1	Justificativa	5
3	HISTÓRICO DA UEMS E DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA	11
3.1	Histórico da UEMS	11
3.2	Histórico do Curso <i>Lato Sensu</i>	13
4	OBJETIVOS	14
4.1	Geral	14
4.2	Específicos	15
5	PERFIL DO EGRESSO	15
6	PRINCÍPIOS NORTEADORES	15
7	LINHAS DE PESQUISA	16
8	ESPECIFICIDADES DO CURSO	17
8.1	Público Alvo	17
8.2	Certificação	17
8.3	Número de Vagas	17
8.4	Aluno Especial	17
8.5	Carga Horária	17
8.6	Período de Funcionamento	17
9	PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA	18
9.1	Inscrição e Seleção	18
9.2	Matrícula	18
10	COORDENAÇÃO, CORPO DOCENTE E COLEGIADO DO CURSO	18
10.1	Coordenação de Curso	18
10.2	Corpo Docente	18
10.3	Do Colegiado de Curso	19
11	SUPORTE ACADÊMICO	19
12	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
13	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	20
14	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	21
15	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	21
16	MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	22
17	DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	22
18	Infraestrutura	39
18.1	Instalações	39
18.2	Laboratórios	40
18.3	Reprografia	40
18.4	Acervo Bibliográfico	40
	ANEXOS	42

1. DO CURSO

1.1 Proponente

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

1.2 Instituições parceiras

Unidade Universitária de Campo Grande e os Cursos de Letras, Licenciatura habilitação Português/Inglês e suas literaturas; Letras, Licenciatura habilitação Português/Espanhol e suas literaturas; Curso Letras, Bacharelado e Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEAD). Parceria com a Divisão de Educação e Diversidade da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (DED/SEMED).

1.3 Identificação do Curso

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Linguagem, Questões: Etnicorraciais e de Gênero.

1.4 Área de concentração

Grande área: Linguística, Letras e Artes.

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Justificativa

Os princípios norteadores que constituem a proposta se organizam a partir dos eixos que apontam algumas diretrizes e concepções teóricas que no seu conjunto formam um quadro de justificativa do Curso, voltados para o diagnóstico das práticas de preconceito e violência relacionados às questões etnicorraciais e de gênero; a desconstrução dos valores preconceituosos e práticas violentas por meio de uma reflexão sobre questões metodológicas enquanto temas transversais.

Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que a busca pela prática de ensino de temas transversais depende da compreensão das condições sociais e política tanto de sala de aula, relação professor-aluno, quanto da conjuntura, qualificação dos profissionais da educação, que a constitui em seus aspectos locais e universais.

A partir dessas considerações, pode-se observar que já se foi a época em que a capacitação de professores era apenas de conteúdo de disciplinas, o que não quer representar que ela ainda não aconteça ou ainda que seja necessária. Com a virada dos anos setenta para os anos oitenta, há uma outra “discursividade” (ORLANDI, 2002) que se inscreve, a da formação para a cidadania o que implica que a escola deve contemplar em seu currículo temas sociais pensando não apenas no saber histórico acumulado em cada disciplina, mas no saber que possa contribuir para um tipo de formação “politizadora” do aluno, que ele se apropria de temas que deveriam ser discutidos no âmbito familiar, com sexualidade, tipos de comportamentos sociais e valores sociais marcados por preconceitos e estigmas; e também temas mais amplos com ecologia, educação para o trânsito, consumo de drogas lícitas e ilícitas. Em seu conjunto, os temas deveriam se discutidos de forma transversal nas disciplinas. Foi e é um momento de até mesmo, mais do que capacitação do professor, um momento de politização. Vale ressaltar que estas propostas encontram ainda algum tipo resistência por alguns professores, mas que ao longo de tempo tem sido superada aos poucos.

Foi um momento importante de capacitação do professor, e também uma instância de politização.

A proposta dos temas transversais tem sido uma construção lenta e histórica que provoca polêmicas tanto na escola quanto na sociedade, por exemplo, quando o Governo Federal fez propaganda para o uso de preservativo visando prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, principalmente na adolescência.

A partir dos anos oitenta com a redemocratização do país, os movimentos populares e partidos políticos de esquerda foram colocando em pauta desde a revolução socialista via educação, temas transversais, o que logo foi desmistificado, temáticas contra machismo, feminismo, direito a opção sexual, reconhecimento da existência do preconceito em relação a uma parte dos povos que constituíram o país, mais de um lugar marcado pela escravidão, hoje pela marginalização dos espaços socialmente valorativo, o negro; e a questão indígena, um lugar de silenciado, como se não existisse. Vale ressaltar que estas demandas nos “iniciou” neste momento histórico do país, o da redemocratização, mas que neste momento encontrou espaço para sua ritualização quando os sistemas de controle e opressão foram sendo questionados politicamente, ou seja, as demandas já existiam, havias lutas que eram reprimidas.

A redemocratização possibilitou muitos segmentos sociais (agricultores, negros, indígenas, LGBT, mulheres etc.), colocarem em questão suas demandas e particularidades como direito e mais do que isto, reconhecimento social que lhe escape os estigmas. Gradativamente, os grupos vêm se organizando e gerando debates sociais e públicos que envolvem todas as esferas sociais, com o Executivo, Legislativo, Judiciário, Educação, Academia, Movimentos Populares, Partidos Políticos etc.

Os temas transversais têm sido um momento de debate que procura discutir amplamente para a compreensão social das demandas que garantam na forma da lei os direitos, no entanto, não basta ter a lei, para garantir os direitos e o reconhecimento. Neste momento a escola se torna um espaço privilegiado para se ensinar não apenas a lei e o que dela decorre – a prática - por si só, mas para formar alunos que possam construir ou reconstruir uma “outra” ou “nova” perspectiva das questões sociais desconstruindo preconceitos, “práticas discursivas” e “práticas não discursivas” (ORLANDI, 2002) para uma sociedade pautada no direito ao reconhecimento, à igualdade e ao diferente. Neste sentido possibilitar um tipo de consciência social para praticar o mesmo tratamento social e político independente do tipo de identificação de gênero ou etnia.

E neste contexto, de uma “nova pauta”, que se compreende que as práticas sociais são ensinadas, pois constata-se que a escola não está imune a todo tipo de preconceitos sociais e estigmas, uma vez que nela também se reproduz todas as deformações das minorias e práticas sociais. Há de se reconhecer também que muitas demandas de grupos é recente na agenda nacional, isto quer dizer elas não fizeram parte da formação do professor, somente há pouco tempo, na forma da lei que muitos deles se inscrevem na formação universitária o que também não garante a compreensão e superação dos preconceitos para que se possa ensinar enquanto processo de construção e não como transmissão. Há leis específicas que impõem que a própria lei seja ensinada tanto na escola quanto no curso superior.

Neste sentido de forma específica, as temáticas transversais que recortamos diz respeito a questões de linguagem, etnicorracial e gênero. Convém ressaltar que as temáticas etnicorraciais e de gênero são constitutivas da linguagem, pois as práticas sociais são constitutivas da/na linguagem, seja como prática de linguagem, seja como “intermediadora” (ORLANDI, 1999) entre o homem e o mundo. O que possibilita o homem/sujeito estar no mundo e o lê-lo para nele viver é a linguagem, enquanto faculdade de compreensão/interpretação dos fatos do mundo.

Quanto a linguagem registra-se que para compreender o funcionamento em suas especificidades das questões do negro e do índio como também a de gênero, seja de orientação sexual, a identidade, violência contra as mulheres; e ainda como estes segmentos são retratados na mídia de forma diversa; há de considerar a compreensão de somos seres simbólicos, por isto que as práticas discursivas e não discursivas são ensinadas, apreendidas, construídas e desconstruídas enquanto processo histórico de formação do que chamamos de “consciência” para uma sociedade de direito a diversidade de existência do diferente que marca posição de igualdade. Nisto coloca todos os “sujeitos” (ORLANDI, 2007) em um mesmo nível de “sentido” (PÊCHEUX, 1997) e representação social.

A compreensão do funcionamento da linguagem possibilita conhecer um dos aspectos que mais marca os sujeitos, seu modo pensar, suas práticas de linguagem sociais e suas construções históricas, como elas se constituem e o que subjaz a esta construção. É a partir desta compreensão do simbolismo da linguagem que se chega a simbolismo das práticas sociais.

Em relação as questões etnicorraciais, a partir a redemocratização do país se reconheceu, como fruto de luta dos movimentos populares, o quanto o Brasil é um país marcado pelo eurocentrismo de onde decorrem todas as práticas históricas de escravização e posteriormente a marginalização do negro, como uma subcidadania tanto que a inclusão da História do Negro no país foi feito na forma da lei que também encontra resistência na própria escola, de um lado, e a falta de uma formação específica, de outro lado.

Do debate popular até a escola foi uma longa caminhada, no momento atual é possibilitar a escola a apropriação não da história do negro “contata”, mais uma outra leitura do que já foi dito e ainda “abrir” o baú da história do negro que ficou silenciada. Escrever em uma relação simétrica entre o fato discursivo e o fato fora dela para que possa discutir de fato o papel do negro escravizado no Brasil e o seu efeito até a atualidade.

Não se trata apenas de “contar” por “contar” uma outra história do negro que o discurso “ideológico” (ORLANDI, 2012) eurocêntrico escreveu e que demanda “efeitos de sentidos” (Idem), mas que o ensino da História do Negro possibilita conhecer uma outra história do Brasil, e que esta História inscrita venha colocar os fatos no devido lugar da estante da história e da cultura naquilo que possui trágico, escravidão e tudo que dela decorre, preconceito, estigma; o sentido de belo, as lutas, os sonhos, o saber dos povos negros, suas lendas, glórias, cantigas, religião, desejos, sua corporeidade etc.

Se a versão eurocêntrica foi uma construção, trata-se de uma capacitação para a desconstrução, de ressignificação do negro em uma positividade de sentidos, pois, ser diferente em seus diversos aspectos marca uma posição de identidade, pois, o que se tem hoje em relação ao negro é deformidade tanto de sua história no Brasil quanto de sua corporeidade, por exemplo, vamos nos valer dos discursos do senso comum: “negro tem cabelo ruim”, “a negra é fogosa”, “preto de alma branca”, “preto é igual a macaco”, “é preto mas é gente boa” etc.

O ensino da História do Negro ao se adentrar na escola tem a possibilidade de desconstruir sentido de indiferença, sentidos de deformidade, sentidos de estigmas, sentidos de preconceitos e que isto ao longo da história que está construindo e da que está por vir, espera-se de fato, que a escola seja formadora de humanidade, uma escola que reconheça a história da unidade na diversidade enquanto identificação e que isto reverbere na vida democrática do país enquanto projeto de Nação.

A questão de gênero é outra demanda social e política que ganhou espaço gradativamente com a redemocratização do país foi a de gênero na luta por direitos das mulheres de um lado e por direito dos LGTBs – Lésbias, Gays, Travestis, Bissexuais e Simpatizantes, quanto a sua sexualidade como diferente, enquanto questão de identidade, e não como desigual dos LGBTQs que os deforma em seus sentidos e práticas discursivas.

A violência que mulheres e LGBTQs, enquanto minoria são históricas, sofrem não possui nada de si que lhe seja própria com algo natural, ela é ensinada e aprendida com qualquer outra prática social, no entanto, quando os valores sociais dão estabilidades de sentidos a violência contra minorias, esta estabilidade se ressignifica com sentidos de verdade e como sentidos de verdade há uma construção que torna a violência invisível, pois, não é apenas a prática discursiva e não discursiva que está em questão, na verdade ela se apresenta apenas na superfície. O que está em questão para que a violência possa se estabilizar é o processo de formação do outro, uma sub-humanidade em que os humanos fazem concessões de existência e convivência, no entanto, é uma construção histórica, como referida anteriormente na questão do negro.

A questão de gênero vem questionar a sociedade na sua intimidade quando os movimentos feministas e das mulheres vem reivindicar direitos iguais seja no âmbito familiar, seja nos espaços públicos como se fosse um “acontecimento” (PÊCHEUX, 2001). Mais do que reivindicar direito iguais, antes do mais nada é uma denúncia de como a sociedade é

violenta quanto se trata das mulheres e dos LGBTs. Vem denunciar o quanto estas posições encontram amparo não apenas nas discursividades de algumas posições religiosas, quanto no discurso conservador.

Um Estado que se professa laico em sua Carta Magna, não pode ser indiferente a questão de gênero, quando os movimentos populares, por suas lutas, conseguem um reconhecimento na forma da lei, reconhecimento que é fruto de um amplo debate social e como fruto de luta se inscreve com direito reconhecido pelo Estado em todas as suas garantias. No entanto, o discurso do Estado não fala por si só para poder circular. Precisa ser ensinado, lido, interpretado, precisa vencer e convencer para poder reverberar seus sentidos seja de igualdade na “ordem do cotidiano” (RODRIGUES, 2011), seja de garantir direitos iguais na ordem do Estado.

Na perspectiva que as diversas violências são ensinadas e este ensinamento tem como referência valores e práticas históricas, entre elas, algumas práticas religiosas. A medida que o Estado garante o direito, ele precisa ser assegurado nas práticas do cotidiano das relações públicas e diversas ordens, no entanto, somente a lei não possibilita a visibilidade da violência e seus sentidos e nem tão pouco o direito. Quando se trata de questões de gênero há duas instâncias a ser compreendida, a referência simbólica e a prática deste simbolismo, pois a violência é apenas prática, antes ela passa pela instância da simbolização.

A discussão que agora se adentrou na escola encontra resistência, pois não basta o Estado reconhecer, esse reconhecimento se dá na forma de discussão em primeira instância com os professores, uma outra luta, para depois fazer parte do conteúdo programático enquanto temas transversais. A escola hoje não tem como não discutir e se apropriar de tais temas se quer se constituir em uma escola humanística no sentido amplo do termo, pois, não se trata de uma opção, mas de como compreender os fatos sociais relacionados à sexualidade, a mulher e ao gênero enquanto direito universal de ser respeitado em sua individuação o que implica não ser violentado quer simbolicamente quer pragmaticamente.

Neste sentido, a proposta do curso de “Linguagem, Questões: Etnicorraciais e de Gênero”, destinados aos professores do ensino fundamental e médio no exercício da profissão, vem contribuir para a formação do professor visando torná-lo não apenas um conhecedor tanto da lei quanto de alguns temas transversais, mas um especialista no sentido amplo do termo um pesquisador que possa elaborar projetos relacionados às diversas disciplinas como proposta reflexiva que vise a colocar na ordem das discussões escolares com

prática cotidiana a desconstruir preconceitos e valores que no limiar das discussões reverbere para as práticas fora dos muros escolares e assim contribuir para combater as diversas violências de gênero em uma perspectiva de direito a ter direito e reconhecimento social e político.

3. Histórico da UEMS e da Unidade Universitária

3.1 Histórico da UEMS

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Instituição de natureza fundacional pública, mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, nos termos das legislações em vigor, e rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Quanto aos atos Regulatórios da UEMS, registra-se que embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual nº 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS nº 08, de 09 de fevereiro de 1994.

Na sequência, por meio do Parecer CEE/MS nº 215 e da Deliberação CEE/MS nº 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS nº 6.602, de 20 de junho de 2002. O credenciamento foi concedido por meio da Deliberação CEE/MS nº 7447, de 29 de janeiro de 2004, pelo prazo de cinco anos, a partir de 2004, prazo este prorrogado pela Deliberação CEE/MS nº 8955, de 16 de dezembro de 2008, por três anos, de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente, no ano de 2012, a UEMS obteve novo credenciamento por intermédio da Deliberação CEE/MS nº 9943, de 19 de dezembro de 2012, pelo prazo de seis anos, de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

Além da sede em Dourados, a UEMS tem Unidades Universitárias em outros 14 municípios, anteriormente chamadas de Unidades de Ensino e hoje denominadas Unidades Universitárias, pois além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, imprescindíveis para o fazer universitário.

Distribuídas pelo interior do estado, Campo Grande recebeu uma Unidade apenas em 2001, a Unidade Universitária de Campo Grande, por meio da Resolução COUNIUEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001. O intuito da universidade em interiorizar suas Unidades foi o de democratizar o acesso à educação superior pública, aproximando esta das demandas, ou seja, atendendo as necessidades regionais, especialmente na formação de professores, com a finalidade de equilibrar a oferta da educação superior no Estado em oportunidades e qualidade.

Ainda é importante ressaltar que a UEMS no cumprimento de sua missão de democratizar o conhecimento pelo interior do Estado, ela possui Polos em Água Clara, Bataguassu, Bela Vista, Camapuã, Miranda e em São Gabriel, com cursos de Educação à Distância (EaD). Já as Unidades Universitárias estão presentes nos seguintes municípios: Amambai, Aquidauana, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Dourados (SEDE), Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Paranaíba. Tantos os Polos quanto as Unidades vem possibilitando o desenvolvimento regional nos aspectos culturais, e intelectuais e econômico condição que tem dado a UEMS uma certa notoriedade pelas suas ações e atendimento de demandas sociais junto a sociedade de forma geral como também atendendo a necessidade de elaboração de políticas públicas junto à órgãos públicos.

A UEMS passou por uma reestruturação por meio da Resolução conjunta COUNI/CEPE-UEMS Nº025 de 08 de julho de 2009, criando a partir de 2010, mais 10 Cursos de Graduação e definindo as Unidades Universitárias por área de conhecimento. O Curso de Letras, inicialmente localizado na Unidade Universitária de Nova Andradina, foi transferido para a Unidade Universitária de Campo Grande, com foco no ensino das Ciências Humanas.

Após a criação dos cursos de pós-graduação, tivemos em 2006 o início do primeiro Curso de Pós Graduação *lato sensu* Ciências da Linguagem em Nova Andradina, que veio para reforçar a qualidade do ensino e para integrar os saberes e práticas com a Graduação. Com o desenvolvimento das pesquisas do corpo docente de Letras da UEMS, também foi possível pensar num Mestrado Acadêmico na área. Assim, o grupo de Letras do Curso de Nova Andradina elaborou um projeto de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Letras, que foi implantado por meio da Resolução CEPE-Uems Nº 1.096, de 09 de maio de 2011, na Unidade de Campo Grande, o que certamente, garantiu o fortalecimento da área de Letras

(Graduação, Pós-Graduação e Mestrado), bem como o atendimento da demanda das áreas correlatas, sejam elas da UEMS ou de outras instituições.

Nesse sentido, tanto os projetos, como o Curso de Letras licenciatura, Bacharelado quanto o Mestrado Acadêmico e Profissional em Letras necessitam estar em sintonia com os projetos institucionais, principalmente a partir do que foi definido no PDI 2014 – 2018. Assim, vemos que há urgência no fortalecimento das Unidades Universitárias e Cursos, com o intuito de verticalizar o ensino. A proposta do PDI é estabelecer uma política institucional que, além de reafirmar os compromissos iniciais da Universidade com a sociedade sul-mato-grossense, permitirá seu fortalecimento a partir de um novo panorama de possibilidades de crescimento da Instituição em suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Ainda neste PDI há um apontamento para a reestruturação até 2018 dos cursos e das Unidades Universitárias, para que estas alcancem o novo perfil proposto pela UEMS, o que leva a refletir sobre a harmonia científica que existe entre os cursos da Unidade.

3.2 Histórico do Curso *Lato Sensu*

A transferência do curso de Licenciatura em Letras Port/Inglês da Unidade de Nova Andradina para Campo Grande em 2009 veio com um curso de Especialização *lato sensu* Ciência da Linguagem, com duração de um ano, foi desenvolvida em 2009 e 2010. É importante ressaltar que na transferência do curso Letras de graduação, ele se desdobrou em três cursos: Letras - Licenciatura habilitação Português/Inglês e suas literaturas; Letras, Licenciatura habilitação Português/Espanhol e suas literaturas; Curso Letras, Bacharelado

No ano seguinte, 2010, foi aprovado pela CAPES o Programa *stricto sensu* Mestrado em Letras, em 2011 foi criado o Mestrado Profissional (em Rede com outras instituições públicas do país), que reverberou suas concepções em um conjunto de reflexões na reformulação do curso de graduação desdobrado em três e a elaboração do projeto de Especialização em Ciência da Linguagem que serviram de base para a proposta de Mestrado em Letras. Esta articulação entre graduação, *lato sensu* e *stricto sensu* criou um espaço de reflexão produtivo principalmente sobre as especializações e seu formato.

Uma das considerações é que as especializações *lato sensu*, muito embora com propostas significativas e com professores com mérito acadêmico, em alguns casos, os egressos do curso não desenvolviam projetos em Linguística para aplicabilidade na Educação Básica. Esta questão merece um aprofundamento reflexivo sobre o objetivo central que é

formar um especialista que possa elaborar e desenvolver projetos de pesquisa em Linguística e em Ciência da Literatura e para tal prática adquira um conjunto de disciplinas de cada área e um norte como pesquisador.

Desde 2011 não foi proposto nenhum curso de *lato sensu* em Letras no formato praticado ainda hoje. Neste período, em diversos momentos o NEAD – Núcleo de Análise do Discurso criou espaços de reflexão e análise sobre as especializações, pois se um lado elas não cumprem o objetivo básico, do outro lado, a Instituição e os Cursos de Letras da Unidade de Campo Grande não podem deixar atender a uma demanda social, pois, mesmo com aquele aspecto insatisfatório, há uma procura tanto pelo professor quanto pelo Estado e Município.

Dessa forma, foi proposta uma alternativa metodológica viável para oferecer os cursos de Especialização, como uma proposta do NEAD, a partir da elaboração de um método de trabalho que levasse em conta a necessidade do curso e o diálogo com as secretarias de educação e órgãos governamentais para garantir a formação de um profissional no ensino de Língua Portuguesa e Literatura para a Educação Básica.

Sendo assim, a proposta deste curso foi elaborada metodologicamente em parceria com a DED/SEMED com o propósito de formar um pesquisador *lato sensu*. Dessa forma, as disciplinas, ementas e objetivos estão articuladas entre si de modo a possibilitar ao aluno a percepção e reflexão do conjunto de conhecimento que a Linguagem nos possibilita.

A partir destas questões metodológicas foi elaborada as Especializações *lato sensu* em Linguística, a Ciência da Língua (professores e Língua Portuguesa para o Estado, em parceria com a SED), Especialização *lato sensu* em Linguagem: Questões Etnicorraciais e de Gênero e Língua e Cultura Terena (em parceria com a DED/SEMED).

4. OBJETIVOS

4.1 Geral

A proposta do curso visa oferecer capacitação aos professores do ensino fundamental e médio da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED/DED) – em nível de Pós-Graduação, Especialização *lato sensu*, numa perspectiva técnico-científica a respeito dos temas transversais sobre questões etnicorraciais e de gênero.

Nisso há dois eixos principais que orienta a formação: o primeiro diz respeito a capacitação técnico-científico do funcionamento da linguagem e da língua e o segundo

proporcionar uma formação política pedagógica necessária ao planejamento didático-pedagógico dos temas transversais relacionados a linguagem, etnicorraciais e de gênero.

4.2 Específicos

Já os objetivos específicos visam:

- capacitar professores do ensino fundamental e médio cientificamente na compreensão do funcionamento da linguagem e da língua;
- capacitar o professor na compreensão da lei e seus desdobramentos para o ensino das questões etnicorraciais e de gênero;
- capacitar o professor nos fundamentos a respeito de questões etnicorraciais e de gênero;
- capacitar o professor a elaborar e desenvolver projetos científicos no âmbito escolar;
- promover espaços de reflexão sobre as experiências de sala de aula em relação às questões etnicorraciais e de gênero.

5. PERFIL DO EGRESSO

O curso pretende formar um especialista que compreenda as especificidades do profissional de ensino de Língua Portuguesa de modo a:

- conhecer os aspectos técnico-científicos da linguagem e da língua em seus aspectos políticos, sociais, estéticos e culturais;
- elaborar diagnóstico técnico-científico da prática sobre o preconceito etnicorracial e de gênero;
- elaborar e desenvolver projetos de pesquisa a partir das práticas didático-pedagógicas;

6. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios que norteiam o Curso inspiram-se na busca pela compreensão da natureza do processo educativo, portanto, referem-se aos seus aspectos éticos, políticos e sociais, visando à transformação do papel da educação e da escola considerando os movimentos, os tempos históricos da sociedade brasileira em um contexto mundial dinamizado por uma profusão de conhecimentos científico-tecnológicos que possibilitam aos homens a realização das suas possibilidades e melhores condições de vida, mas também por

relações econômicas e políticas complexas que geram “contraditoriamente”, realidades sociais discrepantes, relações conflitantes e discriminatórias entre os povos e entre os homens.

Em decorrência e para além da denúncia da educação, da escola e da qualidade questionável do seu papel e ensino, há o entendimento de que é possível e necessário buscarem-se caminhos para instrumentalizar as pessoas para uma atuação no contexto social, tão dinâmico quanto complexo, que exige delas competências e conhecimentos diversificados não só para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para o crescimento como “sujeitos” e partícipes da construção de uma convivência social responsável e ética que seja capaz de romper inclusive com os modelos da ética do sistema capitalista.

Nesta perspectiva, há de se construir um novo modelo de ética com outros parâmetros que questione de forma consistente e decisiva o atual modelo de ética, de sociedade e por consequência de sujeitos históricos.

7. LINHAS DE PESQUISA

As linhas de pesquisa que constituem a proposta do Curso estão relacionadas aos Grupos de Pesquisa:

- Núcleo de Análise do Discurso (**NEAD**)
- Núcleo de Estudos Bakhtinianos (**NEBA**)
- Núcleo de Estudos Foucaultianos (**NEF**)
- Grupo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos (**GPESD**)
- Núcleo de Estudos Semânticos (**NES**)

Nesse sentido pode-se abstrair enquanto orientação para os professores de Língua Portuguesa, as seguintes linhas de pesquisa:

- 1) Linguagem e questões etnicorraciais: reflexão sobre a constituição da historicidade do negro no Brasil e o que decorre sua representação;
- 2) Linguagem e questões sobre sexualidade: reflexão sobre a constituição da histórica da sexualidade ocidental e suas representações históricas e as demandas dos movimentos populares;
- 3) Linguagem e questões de gênero: reflexão sobre a dimensão humana em relação a orientação sexual ocidental e seus desdobramentos políticos e sociais.

8. ESPECIFICIDADES DO CURSO

8.1 Público Alvo

Profissionais da Educação Básica, no exercício da função de magistério pertencentes a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Campo Grande, de Ensino Fundamental e Médio, que sejam egressos de cursos de licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

8.2 Certificação

Pós-Graduação, Especialista *lato sensu* em Linguagem, Questões: Etnicorraciais e de Gênero.

8.3 Número de Vagas

Para atender a oferta serão abertas 200 (duzentas) vagas, divididas em 02 (duas) turmas de no mínimo 60 (sessenta) e no máximo de 100 (cem) alunos matriculados.

Em hipótese de não complementar o número mínimo para duas turmas, poderá ser formado uma única turma.

8.4 Aluno Especial

Considerando as especificidades do Curso não será aceito aluno em caráter especial.

8.5 Carga Horária

A carga horária total do curso é de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) horas, não computadas o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

A carga horária de cada disciplina será constituída por unidade de crédito, sendo que cada unidade corresponderá a 15 (quinze) horas de atividades.

8.6 Período de Funcionamento

O curso, de caráter temporário, terá a duração mínima de 12 meses e a máxima de 18 meses, conforme normas vigentes da UEMS. A data de matrícula dos ingressantes será tomada como referência para contagem dos prazos.

9. PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA

9.1 Inscrição e Seleção

A seleção dos candidatos será coordenada e desenvolvida por Comissão constituída para esse fim, composta por docentes da UEMS e professores convidados, e realizar-se-á por meio dos critérios estabelecidos pelo colegiado do curso, respeitadas as normas vigentes.

Na *Home Page* da UEMS, serão disponibilizados o edital e os formulários necessários, com as devidas orientações para ingresso no Curso.

9.2 Matrícula

A matrícula do candidato aprovado no processo seletivo deverá ser realizada junto à Secretaria Acadêmica do Curso, conforme normas em vigor na UEMS e demais orientações contidas em editais específicos.

10. COORDENAÇÃO, CORPO DOCENTE E COLEGIADO DO CURSO

10.1 Coordenação de Curso

O Coordenador do Curso será um professor do quadro efetivo da UEMS, ministrante de disciplina no curso, eleito por seus pares para um mandato vigente pelo período de oferta e conclusão do curso.

10.2 Corpo Docente

O grupo de professores do Curso será formado por doutores e mestres que atuam na área da Educação nos quadros da UEMS, bem como de convidados oriundos de organizações públicas e/ou privadas, especialmente, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, sendo priorizados, nesse caso, aqueles profissionais com trajetória na Educação Básica.

10.3 Do Colegiado de Curso

A constituição de um Colegiado de Curso visa, para além das exigências regimentais, garantir a participação de todos os envolvidos no processo de execução do Projeto Pedagógico

para o alcance dos objetivos na formação dos alunos. Nesse sentido e, considerando as especificidades do Curso, o mesmo será composto da seguinte forma:

- Coordenador do Curso (presidente)
- 50% de docentes do Curso com título de mestres e doutores preferencialmente, um de cada linha de pesquisa do Curso.
- 1 representante dos alunos (com um suplente)

As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas utilizando-se de ferramentas de mídia, de modo on-line.

11. SUPORTE ACADÊMICO

O Curso terá uma secretaria acadêmica com estrutura e funcionamento, segundo as normas internas vigentes.

12. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pretende-se que o curso possibilite ao aluno uma postura investigativa, indagadora, diante das situações práticas da vida, por meio de uma abordagem mais sistemática do conhecimento; acesso aos instrumentos necessários para que possam adentrar á prática da pesquisa. Isso impõe ao professor que ele oriente as atividades formativas no rigor e na disciplina que a pesquisa exige; que o oriente, igualmente, no levantamento de fontes, coleta de dados; que o incentive a desenvolver as leituras necessárias.

Acredita-se que a primeira condição do professor-pesquisador é dominar, além dos conhecimentos da sua área, as epistemologias que deverão fundamentar o seu fazer pedagógico. A atuação do professor-pesquisador, por meio da educação científica, será dinâmica porque o aluno, sob sua direção, estará sempre se apropriando de um conjunto de dados, informações que, por meio de um método, de procedimentos e de recursos adequados poderá se transformar em conhecimentos e competências. O aluno, então, incentivado a novas leituras, indagações, avaliações e conclusões, deixará de ser portador de um conjunto de informações fragmentadas, descoladas do seu universo de produção, e o conhecimento passará a ser produto de leitura e pesquisa, bem como de reelaboração.

Essa concepção exige um desenho curricular que pressupõe diferentes estratégias de ensino e de aprendizagem no desenvolvimento das Disciplinas, dentre elas, aulas expositivas, leituras teórico-críticas, discussões e debates, seminários presenciais e/ou com o apoio de

tecnologias e de outros suportes de metodologias de Educação a Distância, Seminários dos Grupos de Pesquisa, entre outras.

As Atividades de Estudos Orientados serão realizadas com o apoio de metodologias de ensino à distância, de acordo com a Portaria nº. 4.059/04 do Ministério da Educação para o oferecimento de até 20% da carga horária do Curso.

A metodologia a ser aplicada no curso diz respeito a aulas presenciais com 80% (oitenta por cento), nas quais serão utilizados recursos audiovisuais, aulas expositivas com discussões e trabalho de campo como componente disciplinar, desenvolvimento de seminários e no final do curso um evento para apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos *fóruns* de discussões serão devidamente normatizadas e planejadas pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos alunos, no primeiro momento do Curso. Esses momentos possibilitarão experiência ampliada de participação, discussões e reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

O curso terá 80% (oitenta por cento) de aulas presenciais, nas quais serão utilizados recursos audiovisuais, aulas expositivas com discussões e trabalho de campo como componente disciplinar, desenvolvimento de seminários e no final do curso um evento para apresentação dos trabalhos desenvolvidos.

Da carga horária total do curso 20% (Vinte por cento) será desenvolvido na modalidade a distância, em todas as disciplinas, por meio da plataforma Moodle conforme prevê a legislação em vigor (Deliberação CPPG/CEPE-UEMS Nº 158, de 9/12/2015) e/ou trabalho de campo. O percentual a distância será desenvolvido por meio do envio de textos para leitura orientada.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é de natureza monográfica – constituindo-se como artigo científico – sendo resultado de uma investigação científica desenvolvida individualmente pelo pós-graduando a partir da reflexão sobre as temáticas que as linhas de pesquisa comportam em relação a prática de ensino, através de orientação de um dos professores do curso, o qual, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema e tratamento científico adequado.

A temática do trabalho deverá estar relacionada às questões teóricas, metodológicas e didático-pedagógicas fundamentais desencadeadas no interior do Curso.

Os trabalhos de final do curso serão orientados por um professor credenciado no curso que poderá ter um co-orientador aprovado pelo Colegiado do Curso. O trabalho será uma pesquisa a partir das linhas pesquisa do curso. A pesquisa ainda deverá ter com referência as questões do espaço escolar.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Apesar de as Atividades Complementares fazerem parte da articulação entre a teoria e a prática, no curso, essas atividades não serão obrigatórias, porém, serão incentivadas na forma de participação em eventos de natureza científica, com discussão/apresentação em sala de aula nas disciplinas objeto do estudo apresentado, uma vez que estas atividades ampliam e aprofundam o processo de formação do pós-graduando.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O desempenho obtido pelos pós-graduandos em cada disciplina dar-se-á mediante a aplicação de provas, exposição de trabalhos ou seminários, realização de oficinas, etc., onde cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas.

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso (TCC) e será desligado do programa.

As especificidades do Sistema de Avaliação constarão do Regulamento do Curso, com observância ao Regimento do *lato sensu* da UEMS.

16. Matriz Curricular e Carga Horária das Disciplinas

A Matriz Curricular do Curso foi elaborada tendo como referencial o conhecimento Linguagem, Questões: Etnicorraciais e de Gênero e áreas conexas, seminários de pesquisa, para auxiliarem no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Nº	DISCIPLINAS	CH	CRÉD.	CATEG.
01	Perspectivas filosóficas e Metodológicas: Positivismo, Fenomenologia e Materialismo	15	01	Obrigat.
02	Linguística Enquanto Ciência	45	03	Obrigat.

03	Introdução à Análise Do Discurso	15	01	Obrigat.
04	Introdução à Semiótica	15	01	Obrigat.
05	Introdução à Semântica	15	01	Obrigat.
06	Representação da Violência Contra Mulher na Literatura	15	01	Obrigat.
07	Representação Da Mulher Nos Quadrinhos	15	01	Obrigat.
08	Quadrinhos e Inclusão Social	15	01	Obrigat.
09	Educação e Língua	15	01	Obrigat.
10	Legislação e Direito	15	01	Obrigat.
11	História dos Povos Indígenas no Brasil	15	01	Obrigat.
12	A História do Negro no Brasil – Reflexões Históricas	15	01	Obrigat.
13	Questões de Identidade Etnicorracial: Negro e Indígena	15	01	Obrigat.
14	Educação e Políticas Afirmativas	15	01	Obrigat.
15	Educação Indígena <i>Versus</i> Educação Escolar Indígena	15	01	Obrigat.
16	Introdução aos Estudos de Gênero e Sexualidade	30	02	Obrigat.
17	Gênero, Sexualidade e Preconceito	30	02	Obrigat.
18	Linguagens e Violência de Gênero	30	02	Obrigat.
19	Gênero e Suas Pluralidades – A Luta pela Igualdade de Gênero	30	02	Obrigat.
20	Prática Pedagógica e Cinema	15	01	Obrigat.
21	Oficina de Produção De Material Didático	45	03	Obrigat.
22	Linguagem e Vivência em Sala de Aula: práticas comportamentais	30	02	Obrigat.
	Total da Carga Horária e Créditos	465	31	-

17. Disciplinas: ementas, objetivos e referências bibliográficas

17.1. Disciplina - Perspectivas Filosóficas e Metodológicas: Positivismo, Fenomenologia e Materialismo

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Concepções filosóficas e suas vertentes que orientarão em alguns aspectos as pesquisas em humanidades: o positivismo, a fenomenologia e materialismo.

Objetivo:

Discutir sobre a construção filosófica e metodológica nas áreas de humanidades da cultura ocidental; abordar a fenomenologia e suas vertentes; abordar o positivismo e suas vertentes; abordar o materialismo e suas vertentes.

Referências Bibliográficas

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 17.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Estudos).

FAZENDA, Ivani C.A. *Metodologia da pesquisa educacional*. 2.ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 1991.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 6. ed. São Paulo, Hucitec, 1979.
MEYER, Cristiane A. *Iniciação ao trabalho científico: ferramentas metodológicas básicas*. São Paulo: Unisc, 1998.
PONTY, Merleau. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Freitas Bastos, 1971.
SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

17.2. Disciplina - **Linguística Enquanto Ciência**

CH: 45

Crédito: 03

Ementa:

Linguística enquanto ciência da língua no último século. Abordagem teórico-metodológica tanto para compreensão do funcionamento interno e externo da língua. Desdobramentos aplicados ao ensino de língua de forma mais ampla. O conhecimento do homem em sua dimensão social, política e histórica.

Objetivos:

Abordar a Linguística saussureana em seus aspectos técnico-científicos; abordar a importância da Linguística para conhecer e estudar a sociedade; abordar os estudos linguísticos na relação com outras áreas do conhecimento e destacar sua contribuição; utilizar o referencial teórico da Linguística na sala de aula em relação ao aluno enquanto sujeito social; abordar um quadro geral das sub-áreas da Linguística.

Referências Bibliográficas:

FIORIN, J. L. Por Que Ainda Ler Saussure? In: *Saussure. A Invenção da Língua*. São Paulo-SP: Contexto, 2013. p. 07-20
_____. A Pós-Graduação em Letras na Atualidade: perspectivas e desafios. *Aula Magna*, Mestrado em Letras – CEUL/UFMS, Três Lagoas-MS, 1998. Mimeo.
FIORIN, José Luiz. et al. Por que ainda ler Saussure? In: *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 07-20.
_____. *Aula Magna*, Mestrado em Letras – CEUL/UFMS, Três Lagoas-MS, 1998. Mimeo.
_____. FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à Lingüística: I. Objetos Teóricos*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
MATURANA, Humberto. Texto. In: *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
SAPIR, Edward. A posição da linguística como ciência. In: *Linguística como ciência*. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969. p. 17-27.
_____. O gramático e a língua (1). In: *Linguística como ciência*. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969, p. 29-42.
SAUSSURE, Ferdinand de. O Valor Linguístico (1). In: *Curso de Linguística Geral*. 20.ed. São Paulo-SP: Cultrix, 1995. p. 130-141

17.3. Disciplina – Introdução à Análise do Discurso

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Os principais tópicos que compõem o referencial teórico da Análise de Discurso Pêcheutiana; refletir sobre a conjuntura intelectual da Análise de Discurso. Proposta metodológica de análise.

Objetivos:

Utilizar os recursos teóricos da Análise de Discurso como mecanismo de interpretação dos fatos sociais; compreender os efeitos de sentido produzidos nos discursos que circulam no material didático.

Referências Bibliográficas:

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *A Análise de Discurso em suas Diferentes Tradições Intelectuais: o Brasil*. Disponível em: <www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/1SEAD/.../EniOrlandi.pdf> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2008

_____. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores: Bethania S. Mariani. et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Orlandi, Eni. P., São Paulo: Pontes, 2002.

_____. *Papel da Memória*. In *O Papel da Memória*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Orlandi, Eni. P. et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

RODRIGUES, M. L. *Discurso E Metodologia: tensão na análise*. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/interfaces/article/view/7/5>> Acesso em: 10 fev. 2015.

17.4. Disciplinas – Introdução à Semiótica

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

A Semiótica e sua inter-relação com o campo das Linguagens. Pressupostos teórico-metodológicos da Semiótica. Os principais paradigmas semióticos. A Semiótica como ferramenta de análise.

Objetivos:

Conhecer e analisar as principais escolas, autores, temas, conceitos e metodologias da semiótica (teoria geral dos signos) ocidental e suas aplicações específicas na produção de imagens (representações).

Referências Bibliográficas:

- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARTHES, Roland. *A câmara-clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- COELHO NETTO, José Teixeira. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- DURAND, Jacques. “Retórica e Imagem Publicitária”. In: METZ, Christian *et al.* *A análise das imagens*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Noetós*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- NÖTH, Winfried. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume, 1999.
- NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- SANTAELLA, Lúcia & NÖTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-moderno da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1993.

17.5. Disciplina – Introdução à Semântica

CH: 15

Crédito: 0

Ementa:

Estudos de textos que, na relação com a história e com a sociedade, apresentem os sentidos e/ou possibilitem analisar os sentidos que circulam em relação ao preconceito racial, cultural e de gênero (homofobia). As análises de textos considerando o funcionamento enunciativo e argumentativo. Observação da constituição do sentido na língua; a argumentação e a constituição do sujeito locutor.

Objetivos:

Propiciar o conhecimento dos estudos semânticos; desenvolver discussões em relação aos pressupostos teóricos e metodológicos de algumas das diferentes abordagens semânticas; promover o estudo de questões semânticas específicas: referência-sentido, implícito, pressuposição-subentendido, predicação e determinação; analisar textos que circulam e/ou circularam em relação ao preconceito racial, cultural e de gênero (homofobia); analisar os sentidos de algumas palavras em dicionários; perceber a constituição da argumentação e sua relação com a constituição do sujeito; delimitar o espaço dos estudos enunciativos dentro da Semântica; desenvolver a prática de análise considerando seu funcionamento enunciativo e argumentativo.

Referência Bibliográfica:

- DIAS, Luiz Francisco, SILVA, Eloisa Elena R. Ramos da. Formas nominais designativas na constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa. *Revista Con (textos) Linguísticos*. v. 9, n. 12 (2015). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/9456>> Acesso em: 15 fev. 2016.
- DUCROT, O. Argumentação e “Topoi” Argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e Sentido na linguagem*. 2.ed. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

GUIMARÃES, E. (1987) *Texto e Argumentação*. Um estudo de conjunções do português. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. Língua e Enunciação, *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP: 1996.

_____. Um contra argumento delocutivo: “fala sério!” *Revista Línguas e Letras*, Vol. 9 nº 16. 1º Sem. 2008a, p. 85-101.

_____. *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas, Editora RG, 2011.

_____. Argumentatividade e argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/3847/2514> Acesso em: 16 fev. 2016

MACHADO, Carolina de Paula. *Política e sentidos da palavra preconceito: uma história no pensamento social brasileiro na primeira metade do século XX*. (Tese Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, R. R. R. de. “O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros”. *Revista Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=148>>. Acesso em: 20 maio 2016.

ZOPPI FONTANA, M.G. (2006) “Retórica e argumentação” In: ORLANDI, E.P. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) *Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p.177-210.

ZOPPI FONTANA, Mônica G, CESTARI, Mariana Jafet. Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. *Revista Rua*. Campinas. Edição Especial – 20 anos, 2014. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua20anos/web/index.php?r=artigo/capa&publicacao_id=11> Acesso em: 20 fev. 2016.

17.6. Disciplina – Representação da Violência Contra a Mulher na Literatura

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Estudo das representações das representações contra a mulher em obras literárias; a personagem feminina na história da literatura; autoras mulheres, as relações históricas e sociais da exclusão da mulher na construção de personagens literárias; estudos das relações de construção do cânone literário e as autoras/personagens mulheres; estudos das relações históricas de poder e da organização social do trabalho nas representações literárias.

Objetivos:

Compreender as relações históricas e sociais da construção das representações da mulher na literatura.

Referência Bibliográfica:

ALMEIDA, Rosemaruy de Oliveira. *Mulheres que Matam*: universo imaginário do Crime no Feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

BRASIL, Lei no. 11.340, de 07/08/2006, cria mecanismos de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Lex – *Coletânea de Legislação e Jurisprudência*: edição federal.

DUARTE, Constância Lima, Gênero e Violência na Literatura Afro-Brasileira. In: DUARTE, Constância. *LITERAFRO* - www.letras.ufmg.br/literafro. Disponível em: <<http://150.164.100.248/literafro/data1/artigos/artigoconstancia.pdf>> Acesso em: 10 març. 2016.

DUARTE, Constância Lima. Pequena história do feminismo no Brasil. In: CARDOSO, Ana Leal; GOMES, Carlos Magno. *Do imaginário às representações na literatura*. São Cristóvão: Ed. UFS, 2007, p. 127-134.

LIMA, et al. *Falas de Outro: literatura, gênero, identidade*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p. 2229-234.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. São Paulo: Fracnis, 2010.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo-SP: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana. *Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa Histórica*. Revista São Paulo: UNESP, v. 24, no. 01, 2005. P. 77-98.

QUEIROZ JUNIOR, Teófilo de. *Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura*. São Paulo: Ática, 1975.

RAGO, Margareth. *Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente*. In: SACHELLI, Myriam. *As mulheres nas Tramas da Justiça*. Programa de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

SOARES, Angélica. *Vozes Femininas da Liberação do Erotismo*. Momentos Selecionados na Poesia Brasileira. *Veia Atlântica*. No. 04 de outubro de 2000.

XAVIER, Elódia. *Que Corpo É Esse? O Corpo no Imaginário Feminino*. Florianópolis: Ed. Brasilo, 2007.

ZOLIN, Lúcia Osana; GOMES, Carlos Magno (org.). *Deslocamentos da Escritora Brasileira*. Maringá: Eduem, 2011.

17.7 – Disciplina - Representação da Mulher nos Quadrinhos

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Mecanismos de interpretação por meio de recursos teóricos; reflexão sobre as relações discursivas que compõem a construção do texto e do discurso; análise das relações de sentidos; abordagem das questões ideológicas envolvidas na representação de gênero, cultura e sociedade.

Objetivos:

Desenvolver práticas de interpretação por meio de recursos do referencial teórico, dentre outras; construir estratégias interpretativas que permitam ir além da interpretação linguístico-conteudista; compreender o funcionamento e os processos da construção de sentidos e seus efeitos na discursividade.

Referência Bibliográfica:

AMARAL, E. L. S & Gomes, N. S. *Uso dos Quadrinhos para o Ensino De Gramática*. In: *Grandes poderes trazem grandes responsabilidades*. Gomes & Abrão (Orgs). Curitiba: Apris. 2014.

- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
_____(1974). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: edusp . 2013
- GUIMARÃES, Eduardo. Argumentatividade e argumentação In. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo* - v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013. Disponível em: <www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/3847/2514> Acesso em: 10 jul. 2015.
- _____*Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- _____*Semântica do Acontecimento: um estudo designativo da enunciação*. Campinas, SP: Pontes, 2.ed. 2005.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar. 2013
- LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

17.8 – Disciplina – Quadrinho e Inclusão Social

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Compreensão de como as mulheres, os indígenas, os negros e deficientes são retratados nos quadrinhos desde a origem até os quadrinhos mais recentes, como divulgadores de uma “ideia” e uma ideologia, como é comum nos meios de comunicação na cultura de massa.

Objetivos:

Discutir e abordar as questões de gênero utilizando os quadrinhos.

Referência Bibliográfica:

- BARBOSA, Alexandre et al. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOMES, Nataniel dos Santos. *Quadrinhos e Transdisciplinaridade*. Curitiba: Appris, 2012, p. 109-133.
- PILATTI, Francismara et al. *Olhares para a educação inclusiva*. Unoesc e Ciência ? ACHS. Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 187-194, 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/2137/pdf> > Acesso em: 05 abr. 2016.
- RAMOS, Paulo. *A leitura dos quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13-15.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

17.9 – Disciplina – Educação e Língua

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Diversidade linguística e situação sociolinguística das línguas indígenas brasileiras. Língua Materna. Políticas linguísticas. Bilinguismo. Modelos de ensino bilíngue. Educação escolar indígena e bilinguismo.

Objetivo:

Compreender a importância de implementação de políticas linguísticas no âmbito da educação escolar que favoreçam a valorização, o fortalecimento e a ampliação de uso das línguas indígenas. Discurso: língua materna, português como segunda língua para povos indígenas, português como primeira língua para povos indígenas, ensino bilíngue.

Referência Bibliográfica:

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Ensino de língua materna em escola indígena do Sul é uma farsa. In: D'ANGELIS, W. da R. *Aprisionando Sonhos: a educação escolar indígena no Brasil*. Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2012.

MAIA, MARCUS. *Manual de linguística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília: MEC/SECAD, 2006. 263p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em 18 de abril de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília, MEC/SEF, 1998, p. 112-155. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

VEIGA, Juracilda & FERREIRA, Maria Beatriz (orgs.). *Desafios atuais da educação escolar indígena*. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena; Brasília: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005.

17.10 – Disciplina - Legislação e Direito

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Estudo da presença indígena na legislação brasileira. Direitos dos Povos Indígenas e o índio como cidadão brasileiro. O índio antes e pós CF 1988. Legislação para oferta de educação escolar indígena. Estudo da Constituição Federal de 88, Convenção 169/OIT promulgada pelo decreto 5051/2004, LDB 9394/96, Pareceres e Resoluções, Decreto 6861/2009 – Organização dos Territórios Etnoeducacionais, Lei 11.645/08.

Objetivo: Compreender os povos indígenas como cidadãos de direitos a partir da sua diversidade étnica, política e social e cultural. Compreender os povos indígenas na legislação antes da CF 88 e pós 88.

Referência Bibliográfica:

ARAÚJO, Ana V. M. *Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”*: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A Educação Escolar Indígena no Brasil: a passos lentos. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). *Povos indígenas no Brasil – 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

MELIÀ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: SEF/MEC, 1998.

17.11 – Disciplina – Histórias dos Povos Indígenas do Brasil

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Identificação das diferenças entre os povos indígenas, diversidade cultural, social, política e econômica. Grupos étnicos e localização. Cosmologia. Localização de terras Indígenas. Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul.

Objetivo:

Estudar a história dos povos indígenas na formação do Brasil, analisando o conjunto de povos pertencentes a diferentes culturas, línguas e etnias que resultam de grandes e complexos processos históricos.

Referência Bibliográfica:

ALMEIDA, Maria Regina C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.
BANIWA, Gersem. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad; Museu Nacional/UFRJ, 2006.
CUNHA, Manuela C. da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2008.
OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília, MEC/Secad, 2006.
OLIVEIRA, J. P. de. (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Contra capa, 2004.
SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo, SENAC, 2000.
SILVA, Edson; CARVALHO, Marcus. (Orgs.). *CLIO-Revista de Pesquisa Histórica* (Dossiê História dos Povos Indígenas). Recife, UFPE, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

17.12 – Disciplina - A História do Negro no Brasil – Reflexões Históricas

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Estudo da história do negro no Brasil, no sentido de reconhecimento da construção histórica do racismo em nosso país. Bem como, a reflexão sobre o momento político em que as Leis: Ventre Livre, Sexagenário e Áurea foram criadas.

Objetivos:

Estudar sobre os motivos da vinda dos primeiros negros escravizados para o Brasil contrapondo com quem eram os portugueses que aqui viviam; significado econômico e

político para a execução das Leis: Ventre Livre, Sexagenário e Áurea e, o processo de branqueamento/clareamento do país. Discutir a questão sobre o negro a partir de diversas temáticas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU, 1948.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG/Representação da UNESCO, 2003.

17.13 – Disciplina - Questões de Identidade Etnicorracial: Negro e Indígena

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Múltiplas expressões de raça, etnia e conceitos afins, aprofundando a discussão de forma crítica sobre a relação do racismo com a autodeclaração, o reconhecimento e fortalecimento da identidade negra.

Objetivos:

Introduzir e/ou discutir os conceitos de cultura, diversidade, pluralidade cultural, identidade, raça, etnia, racismo, preconceito racial, discriminação racial, injúria racial e auto declaração e sua relação com o acesso e permanência da população negra nas unidades escolares.

Referências Bibliográficas:

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direitos humanos, educação e interculturalidade*: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v. 13, p. 45-56, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

MUNANGA, kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Global, 2006.

17.14 – Disciplina - Educação e Políticas Afirmativas

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Relações sociais e étnico-raciais no Brasil, estudadas a partir de aspectos conceituais, históricos e políticos, que fortalecem a necessidade da criação de políticas de combate às desigualdades raciais: Lei 10.639/03.

Objetivos:

Proporcionar aprofundamento teórico-metodológico no que diz respeito a Educação das Relações étnico-raciais e cultura afro Brasileira e Africana. Estudar a Lei 10.639/03, Diretrizes 01/2004 e suas implicações no cotidiano escolar. Construir um projeto para o enfrentamento ao preconceito no ambiente escolar.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, MEC/SECAD. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* Brasília: SECAD, 2004.

_____. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para todos).

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: GOMES, Nilma L.; MARTINS, Aracy A. (Orgs). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros nas universidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.47-59.

17.15 – Disciplina - Educação Indígena Versus Educação Escolar Indígena

CH: 15

Crédito: 01

Ementa:

Conceitos de Educação, educação escolar e educação escolar indígena. História da Educação Escolar Indígena no Brasil. Identidade e diferença. Questões Indígenas na sala de aula.

Objetivo:

Compreender o conceito de educação bem como os conceitos de educação escolar indígena e educação escolar para os povos indígenas dentro do seu contexto histórico, político e social.

Referência Bibliografia:

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 235-250, 2012.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; LEITE, Miriam Soares. *Diferença e Desigualdade: dilemas docentes no ensino fundamental*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 41, p. 948-967, 2011.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direito à Educação, Diversidade e Educação em Direitos Humanos*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 33, p. 715-726, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. *Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional*. Educação e Sociedade, Campinas, n. 95, v. 27, p.495-520, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi; FISCHMANN, Roseli; VIDAL Lux. (Orgs.) *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo, Edusp, 2002.

RODRIGUES BRANDÃO, Carlos. *O Que é Educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 116 p.

SILVA, Edson. *História, povos indígenas e Educação: (re)conhecendo e discutindo a diversidade cultural*. I Encontro Pernambucano de Ensino de História, no Centro de Educação/UFPE. Recife, 2007, dig. 11p.

17.16 – Disciplina - Introdução aos Estudos de Gênero e Sexualidade

CH: 30

Crédito: 02

Ementa:

Questões de gênero e sexualidade no tocante a identidade de gênero e orientação sexual. Promoção do debate em torno dos direitos sexuais e de processos sociais mais abrangentes de estigmatização ou discriminação, baseados em gênero e na orientação sexual. O sentido que se pretende difundir é o do reconhecimento e respeito à diversidade

Objetivos:

Estudar os Direitos Sexuais, as linguagens, termos e conceitos: gênero e sexualidade; refletir sobre a sexualidade na sua dimensão conceitual. Discutir diversidade e discriminação de Gênero e sexualidade: aspectos históricos e filosóficos.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ONU, 1948.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS SEXUAIS. China, XV Congresso Mundial de Sexologia, 2000.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – Volume 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.7-34.

_____. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MINAS GERAIS. Direitos Humanos GLBT – *Guia de Direitos*. Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social. Belo Horizonte, MG, 2008.

NETO, José Baptista de Mello Neto; AGNOLETI, Michelle Barbosa. *Dignidade sexual e diversidade humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT)*. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_netto_lgbtt.pdf> Acesso em: 25 fev. 2014.

SOEIRO, José. *O Combate Contra a Discriminação LGBT: Os Desafios que Virão*. Revista virtual Dossier, 2009. Disponível em <<http://www.esquerda.net/dossier/o-combate-contradiscrimina%C3%A7%C3%A3o-lgbt-os-desafios-que-vir%C3%A3o>> Acesso em: 25 fev. 2014.

17.17 – Disciplina - Gênero, Sexualidade e Preconceito

CH: 30

Crédito: 02

Ementa:

Impacto das mídias contemporâneas nas relações sociais e na propagação de preconceitos. Reflexão sobre conceitos de gênero e sexualidade no contexto escolar, a fim de trazer mudança de atitude de professores/as diante das situações que ocorrem na escola, diariamente. Elaboração de projetos de intervenção de atitudes discriminatórias na escola, promovendo o combate ao preconceito e à violência sexista e trans/lesbo/bi/homofóbica.

Objetivos:

Estudo sobre Gênero, Sexualidade e a Mídia; sobre Gênero, Sexualidade e a Escola; sobre Gênero, Sexualidade e a Violência, com enfoque no cotidiano escolar e elaboração de projetos de intervenção.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. *Direitos Humanos e Políticas Públicas: o Caminho para Garantir a Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Texto – Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF, 2008.
- BRASIL. *Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 fev 2014.
- FISCHER, Rosa. *Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade*. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999, p. 18-32.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – Volume 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GUIZZO, Bianca S. *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado. PPGEDU/UFRGS, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.7-34.
- _____. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MATO GROSSO DO SUL. *Decreto Estadual - Mato Grosso do Sul nº 12.212 ,de 18 de Dezembro de 2006 . Regulamenta a Lei nº 3.157, de 27 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as medidas de combate à discriminação devido a orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, Assembleia Legislativa.
- MATO GROSSO DO SUL. *Direitos Humanos LGBT*. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Campo Grande, 2009.
- MATO GROSSO DO SUL. *Lei Estadual nº 3.157, de 27 de Dezembro de 2005*. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Campo Grande, 2009. Dispõe sobre as medidas de combate à discriminação devido a orientação sexual no âmbito do Estado de Mato Grosso do

Sul. Campo Grande, MS, Assembleia Legislativa. Disponível em < <http://www.abglt.org.br/port/leiest3157.html> >. Acesso em: 27 fev. 2014.
MATO GROSSO DO SUL. *Plano Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT*. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Campo Grande, 2011.
PELÚCIO, Larissa; SOUZA, Luis Antônio Francisco de; MAGALHÃES, Bóris Ribeiro de; SABATINE, Thiago Teixeira (Orgs). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia* - Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

17.18 – Disciplina - Linguagens e Violência de Gênero

CH: 30

Crédito: 02

Ementa:

Abordagem dos aspectos gerais de Violência e, em específico, da Violência de Gênero, englobando seus Indicadores, suas Modalidades e as Legislações existentes. Reflexões que impulsionem o fortalecimento no enfrentamento a violência contra a mulher em todos os seus âmbitos e faces. Elaboração de caminhos de intervenção de atitudes de violência de gênero na escola, promovendo uma educação com equidade e igualdade de gênero.

Objetivos:

Abordar os aspectos históricos, antropológicos e sociais da violência de gênero, a violência de Gênero e Indicadores, as Modalidades de violência de gênero, a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio e os Caminhos de Intervenção: desafios para a educação.

Referências Bibliográficas:

- AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N.A (org.). *Manuais: Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*. TELELACRI. Telecurso/LACRI. Laboratório de Estudos da Criança.
- BRASIL. *Constituição (1988)*: Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Lei nº 11.340/06 – *Lei Maria da Penha*. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm >. Acesso em: 10 mar. 2014.
- BRASIL. Lei nº 13.104/15 – *Lei do Feminicídio*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
- BRASIL. *Código Civil Brasileiro* - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm > Acesso em: 10 mar. 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (Org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1999, pp.142-163.
- _____. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. (Orgs.) *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Editora Rosa dos Tempos-NIPAS/UNICEF, 1994, pp.151-185.
- _____. *Violência de Gênero no Brasil: Conceitos versus Dados*, CD da SBPC 48, 1996.

17.19 – Disciplina - Gênero e Suas Pluralidades – A Luta pela Igualdade de Gênero

CH: 30
Crédito: 02

Ementa:

Conceituação do termo Gênero, desde sua construção, suas múltiplas expressões e a pluralidade de identidades contempladas. Debate sobre os Movimentos Sociais que abarcam as questões de Gênero (movimento feminista, movimento de mulheres negras, caminhada das margaridas, entre outros) e desenvolver, de modo crítico e emancipatório, a compreensão da importância da luta destes movimentos diante das transformações políticas, jurídicas, econômicas e socioculturais.

Objetivos:

Refletir sobre a Linguagem, história e construção do termo Gênero, a questão de gênero e suas múltiplas expressões, Travestilidade e Transexualidade – Identidade e expressão e Gênero e os Movimentos Sociais – A luta pela Igualdade de Gênero.

Referências Bibliográficas:

- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983–1993. *Revista Estudos Feministas*: CIEC/Escola de Comunicação da UFRJ, v. 0, n. 0, p. 38-53, out. 1994. Número especial.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos*. 1. Ed. Goiânia: Ser-Tão - Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade / UFG, v. 1. 42p, 2012.
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). *O Pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p.21-34.
- RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?*. Brasília: Edição UNESCO Brasil, 2000.
- SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo, 1991.
- _____. História das Mulheres. In: P. Burke (org.). *A Escrita da História — Novas Perspectivas*, São Paulo, UNESP, 1992.

17.20. Disciplina - Prática Pedagógica e Cinema

CH: 15
Créditos: 01

Ementa:

Representação cinematográfica sobre as práticas pedagógica de ensino. Abordagem de como o cinema retrata a questão didática pedagógica da escola e o ensino.

Objetivos:

Discutir as experiências de práticas pedagógicas representadas cinematograficamente; Relatar experiências dos professores de suas práticas pedagógicas; discutir a representação e realidade.

Referências Bibliográficas:

BOLOGNINI, Carmem Zink. *Discurso e ensino: o cinema na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

DOUGLAS, Kellner. *A Cultura e a Mídia*. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

17.21. Disciplina - Oficina de Produção de Material Didático

CH: 45

Créditos: 03

Ementa:

O conhecimento técnico-científico sobre ensino de língua dos últimos 30 anos. Confeção de material didático-pedagógico. A produção do material didático-pedagógico relacionado com a autonomia do professor e sua historicidade.

Objetivos:

Refletir sobre a institucionalização do livro didático com a perda da autonomia do professor; refletir sobre os materiais didático-pedagógicos e a prática do professor; elaborar conteúdo didático-pedagógico considerando os aspectos formais, concretos e pragmáticos da língua; elaborar roteiros de prática de leitura e prática de produção de texto.

Referências Bibliográficas:

D'OLIN MAROTE, João Teodoro; FERRO, Gláucia D'Olin Marote. *Didática da Língua Portuguesa*. Ática: São Paulo, 1990.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/SEF, 1998.

GONÇALVES FILHO, Antenor A. *Língua Portuguesa e Literatura Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In. MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, Marlon Leal; TAFARELLO, Paulo Cesar. Variações nos cursos de letras: da didática que temos à didática que queremos. In: PRIA, Albano Dalla (et al orgs.). *Linguagem e línguas: invariância e variação*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014.

RODRIGUES, Marlon Leal. MST: poder, sujeito e ideologia. In: RODRIGUES, Marlon Leal. (org.). *Análise do Discurso na graduação: teoria e prática*. Dourados/MS: Nicanor Coelho-Editor, 2011.

RODRIGUES, Marlon Leal; SOUZA, Antônio Carlos Santana de. Ensino de gramática. In.: PINTO, Maria Leda (et al.). *Ensino de linguagens: diferentes perspectivas*. Curitiba: Appris, 2014.

RODRIGUES, Marlon Leal. Ensino de gramática versus ensino de língua. In: PRIA, Albano Dalla (et al. orgs.). *Linguagem: escrita e tecnologia*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.

SILVA, Lilian Lopes Martin da (et al. orgs). *O ensino de Língua Portuguesa: no primeiro grau*. 2.ed. São Paulo: Atual, 1986.

SOUZA, Antônio Carlos Santana; PINTO, Maria Leda. *Produção de texto oral e escrito: estudos e pesquisas da pós-graduação*. Curitiba/PR: Appris, 2014.

17.22. Disciplinas – Linguagem e Vivência em Sala de Aula: práticas comportamentais

CH: 30

Créditos: 02

Ementa:

Abordagem do perfil da constituição do sujeito contemporâneo em seus aspectos comportamentais: social, econômico e político. Relações os aspectos comportamentais às condições materiais de produção da escola e sua historicidade.

Objetivos:

Fomentar discussões sobre as concepções e práticas psicopedagógicas acerca das dificuldades de aprendizagem e de comportamento dos estudantes em sala de aula com a finalidade de aprofundar o conhecimento científico para a identificação, atendimento e prevenção dessas dificuldades.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Ana Rita Silva. *A Emoção Na Sala de Aula*. Campinas: São Paulo: Papirus. 1999.

ARAUJO Mônica; SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos. *Comportamentos indicativos do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em crianças: alerta para pais e professores*. *Revista digital*, Año 9, N° 62 | Buenos Aires, Julio 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd62/atencao.htm>> Acesso em: 18 jun. 2016.

BENCZIK, E.B.P. *Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BOLSONI-SILVA, Alesssandra Turini; DEL PRETTE, Almir. Problemas de comportamento: um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. vol.5 no.2 São Paulo dez. 2003.

FÁVERO, Maria Teresa Martins; CALSA, Geiva Carolina. *Dificuldades de aprendizagem?* Universidade Estadual de Maringá, Junho de 2013.

LIMA, Ricardo Franco de; MELLO, Rita de Jesus Luiz de; MASSONI, Iramaia; CIASCA, Sylvia Maria. Dificuldades de aprendizagem: queixas escolares e diagnósticos em um Serviço de Neurologia Infantil. *Revista Neurociências*. v.14 n. 4 - out/dez, 2006, p. 185-190.

LOPES NETO, Aramis A. *Bullying - comportamento agressivo entre estudantes*. *J Pediatr. (Rio J)*. 2005;81(5 Supl):S164-S172.

MACEDO, Lino de; ASSIS, Bernadete Amêndola de (Orgs.). *Psicanálise e Pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MASSOLA, Gustavo Martineli; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A Percepção do Distúrbio de Comportamento Infantil por Agentes Sociais versus Encaminhamento para Atendimento Psicoterapêutico. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology* - 2005, Vol. 39, Num. 1 pp. 139-150.

MERY, Janine. *Pedagogia Curativa Escolar e Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

Oliveira, Flavia Fernandes de; Votre, Sebastião Josué. *Bullying nas aulas de educação física*. *Movimento*, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 173-197, maio/agosto de 2006.

ROHDE, Luis Augusto; BARBOSA, Genário; TRAMONTINA, Silzá; POLANCZYK, Guilherme. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. vol.22 s.2 São Paulo Dec. 2000.

ROHDE, Luis.A.P.; BENCZIK, E.B.P. *Transtorno Déficit de Atenção - O que é? Como ajudar?*. Porto Alegre. RS: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, Patricia Leila dos; GRAMINHA, Sônia Santa Vitaliano. Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento acadêmico. *Estudos de Psicologia*, 2006, 11(1), 101-109.

SISTO, Fermino Fernandes (et ali orgs). *Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

TORO, Giovana Vidotto Roman; NEVES, Anamaria Silva; REZENDE, Paula Cristina Medeiros. *Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social*. *Psicologia: teoria e prática*;12(1):123-137, 2010.

18. Infraestrutura

18.1 Instalações

A Unidade Universitária de Campo Grande possui um bloco destinado à pós-graduação, com 03 salas de aula, espaço físico para o funcionamento da Coordenação pedagógica do Curso com mobiliário, telefone, computador e impressora, além de equipamento para reprodução de cópias para uso da coordenação. A estrutura física contempla ainda sala de docentes e sala para atendimento do aluno com computadores com acesso à Internet, auditório com 480 lugares, laboratórios e 01 biblioteca.

18.2 Laboratórios

A Unidade Universitária de Campo Grande conta 01 bloco específico para os laboratórios, no caso do Curso de Pedagogia e da Pós-graduação em Educação, há 04 laboratórios, além do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Linguagem, Memória e Identidade (CELMI). Para execução do Projeto de Especialização em Linguística, será utilizado o Laboratório de informática com 35 computadores com acesso à internet. Todas as unidades universitárias possuem laboratórios de informática e espaço físico para a execução das atividades do Curso.

18.3 Reprografia

As Unidades Universitárias dispõe de máquina fotocopidora própria. Os docentes serão atendidos mediante um sistema de distribuição de cota mensal. Há também um serviço terceirizado à disposição dos acadêmicos.

A Unidade de Campo Grande conta com laboratório de fonética e fonologia, laboratório de informática e sala de videoconferência, bem como equipamentos do NEAD:

máquina copiadora, gravadores digitais, câmera fotográfica, filmadora acadêmico-profissional e *tablete*. Com relação a equipamentos para uso docente, o curso de Especialização possui data-show (01), computador (01) e armário (01).

18.4. Acervo Bibliográfico

A Divisão de Bibliotecas é composta pela Biblioteca Central e Bibliotecas das Unidades Universitárias. Seu acervo bibliográfico está distribuído na Sede e nas 14 Unidades ordenado por assunto de acordo com a Classificação Sistema *Dewey*, com descrição bibliográfica do Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição e catalogação pela Tabela “PHA” e está armazenado por ordem de classificação de assunto e, ainda por classificação do autor, seguido das iniciais dos títulos.

O acervo bibliográfico e de teses está todo informatizado (**sede e Unidades**), sendo disponibilizado *on-line*. É utilizado o software “THESAURUS”.

A Biblioteca Central encontra-se em fase de informatização do acervo de materiais áudios-visuais e periódicos. Os empréstimos são realizados **através** de um leitor óptico, estando em estudo a implantação desse sistema nas demais unidades da UEMS. O acervo da Unidade Universitária de Campo Grande conta com 7.360 títulos. Desses, 1588 são da área de humanas.

ANEXO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
LINGUAGEM E QUESTÕES ETNICORACIAIS E DE GÊNERO

N	DOCENTE	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	REGIME DE TRABALHO
01	Prof. Dr. José Carlos Barreto – Área Educação	Doutor	UEMS/UUCG ¹	Ded. Excl. ² .
02	Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues – Área Linguística	Doutor	UEMS/UUCG	Ded. Excl.
03	Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza – Área Linguística	Doutor	UEMS/UUCG	Ded. Excl.
04	Profa. Ma. Elisangela da Silva Rodrigues do Amaral – Área Linguística	Mestra	UEMS/UUCG	Contratada
05	Prof. Dr. Daniel Abrão – Doutor em Literatura / UEMS	Doutor	UEMS/UUCG	Ded. Excl.
06	Prof. Dr. Nataniel Gomes dos Santos – Área Linguística	Doutor	UEMS/UUCG	Ded. Excl.
07	Prof ^a . Ma. Jucleides Pereira Alcarás – Área Educação	Mestra	SEMED/CG	X-X
08	Prof ^a . Ma. Hellen Fernandes Gondin – Área Educação	Mestra	DED/SEMED ³	X-X
09	Profa. Ma. Marinês Soratto – Área Educação	Mestra	DED/SEMED/CG	X-X
10	Profa. Dra. Edneia Albino Nunes Cerchiari – Área Ciência Médica	Doutora	UEMS/UUCG	Ded. Excl.
11	Prof. Dr. Roberto Ortiz Paixão – Área de Geografia	Doutor Mestra	UEMS/UUCG SED/NTE-TL ⁴	Ded. Excl. X-X
12	Prof. Paulo Edyr de Camargo Bueno – Área Educação	Mestre	UEMS/CG	Ded. Excl.
13	Profa. Dra. Aline Saddi Chaves – Área Linguística	Doutora	UEMS	Ded. Excl.
14	Profa. Ma. Flávia Cavalcante Gonçalves – Área Educação	Mestra	UEMS	Ded. Excl.
15	Prof. Dr. Miguél Eugenio de Almeida – Doutor em Linguística - UEMS	Doutor	UEMS	Ded. Excl.
16	Profa. Dra. Sônia Filiú Albuquerque Lima – Doutora em Educação	Doutora	UEMS	Ded. Excl.

¹ Unidade Universitária de Campo Grande.

² Dedicção Exclusiva.

³ Departamento de Educação e Diversidade da SEMED/CG.

⁴ Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, Núcleo de Tecnologia e Educação de Três Lagoas-MS.

17	Profa. Dra. Maria de Lourdes da Silva – Área Educação	Doutora	UEMS	Ded. Excl.
18	Prof. Dr. Volmir Cardoso Pereira – Doutor em Literatura	Doutor	UEMS	Ded. Excl.